

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Fras-le S.A. (“Companhia”), constituída na forma de uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (“FRAS3”), tem por objeto principal a fabricação, a comercialização e a importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resina, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades. A Companhia, com sede na Rodovia RS 122, Km 66,1, nº10.945 - Caxias do Sul, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Chile, México, China, Alemanha, África do Sul e Emirados Árabes Unidos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2016.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de consolidação

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a possibilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, apresentadas abaixo:

	Objeto Social	País-sede	31/12/2015 %	31/12/2014 %
Fras-le Argentina S.A. (a)	Representação e comércio de autopeças	Argentina	94,00	94,00
Fras-le North America, Inc. (a)	Fabricação e comércio de autopeças.	Estados Unidos da América	100,00	100,00
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	Representação e comércio de autopeças	Chile	99,00	99,00
Fras-le México S de RL de CV (a)	Representação e comércio de autopeças	México	99,66	99,66
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	Fabricação e comércio de autopeças	China	100,00	100,00
Fras-le Europe (a)	Representação e comércio de autopeças	Alemanha	100,00	100,00
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited (a)	Representação e comércio de autopeças.	África do Sul	100,00	100,00
Fras-Le Middle East (a)	Representação e comércio de autopeças.	Emirados Árabes Unidos	100,00	100,00
Frenos Controll Ltda (b)	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.	Brasil	99,99	99,99

(a) Empresas controladas no exterior.

(b) Empresa controlada no país.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados por seu valor justo.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

c. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

A moeda funcional de cada empresa está relacionada abaixo:

Controladas

Fras-le Argentina S.A.
Fras-le North America, Inc.
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.
Fras-le México S de RL de CV
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd
Fras-le Europe
Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited
Fras-Le Middle East
Freios Controil Ltda

Moeda Funcional

Peso Argentino
Dólar Americano
Peso Chileno
Peso Mexicano
Iuan
Euro
Rande
Dhiram
Real

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

b. Transações e saldos com controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente em outros resultados abrangentes e acumulados em ajustes de avaliação patrimonial.

3.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentados pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nessa categoria.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da contraprestação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

a.2 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

b. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos fluxos de caixa.

c. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedge de Fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do hedge afeta o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência / recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b. *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. *Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

d. *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data do balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.5 *Aplicação financeira de liquidez não imediata*

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.6 *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de sua conclusão e despesas para vender.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18/IAS28 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.9 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

c. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
Edificações	49 anos	2,0	43 anos	2,3
Máquinas e equipamentos	15 anos	6,7	14 anos	7,1
Moldes	8 anos	12,5	9 anos	11,1
Veículos	10 anos	10,0	8 anos	12,5
Móveis e utensílios	13 anos	7,7	13 anos	7,7
Equipamentos de informática	4 anos	25,0	6 anos	16,7
Direito uso subestação	-	-	24 anos	4,2

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.10 Ativos intangíveis

a. Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável até 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- o software pode ser vendido ou usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Os custos também incluem os custos de financiamento relacionados com a aquisição do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 8 anos.

b. *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c. *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d. *Amortização*

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

3.11 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Imposto corrente

Imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

b. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

3.13 Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrentes de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

3.14 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 12). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

3.15 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações, básico e diluído - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

3.16 Ações em tesouraria

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.17 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3.18 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.19 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota 16** - Provisão para litígios

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no findo em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 12** - Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários
- **Nota 27** - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 21.

b. Benefícios de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível à mudanças nessas premissas. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 12.

c. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, por exemplo risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

d. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5 Normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

- *IFRS 9*, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o *IFRS 9* introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS 9* traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração usa para fins de gestão do risco. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação desta norma.

- *IFRS 15*, “Receitas de contratos com clientes”, emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.
- *IFRS 16*, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	482	554	24.320	21.021
Numerários em trânsito (a)	17.613	14.897	18.356	15.266
Aplicações financeiras (b)	101.561	139.768	119.219	139.950
	119.656	155.219	161.895	176.237

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira no exterior, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas à taxas que variam entre 75% e 104% (90% a 105% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 27.

7 Aplicações financeiras de liquidez não imediata

Referem-se à aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e em moeda estrangeira (USD) mantidas em bancos de primeira linha, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
Aplicação	Remuneração 100% a 105% do CDI	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
CDB		55.008	77.817	55.008	77.817
		55.008	77.817	55.008	77.817

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
No País	7.352	7.713	11.352	11.226
De terceiros	4.631	4.995	8.181	8.649
Parte relacionada	566	549	593	119
Vendor	2.155	2.169	2.578	2.458
No exterior	175.018	94.767	77.110	68.144
De terceiros	44.028	29.771	77.110	68.144
Parte relacionada	130.990	64.996	-	-
	182.370	102.480	88.462	79.370
Menos:				
Ajuste a valor presente	(1.362)	(697)	(1.402)	(721)
Provisão para devedores duvidosos	(7.322)	(2.065)	(11.553)	(2.106)
	173.686	99.718	75.507	76.543

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os prazos médios de recebimento para o mercado interno são de 10 e 6 dias, respectivamente, e para o mercado externo controladas 375 e 140 dias e mercado externo terceiros 70 e 96, respectivamente.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(2.065)	(3.788)	(2.106)	(3.805)
Adições	(6.181)	(424)	(10.459)	(575)
Baixas/realizações	924	2.147	1.012	2.274
Saldo no final do exercício	(7.322)	(2.065)	(11.553)	(2.106)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a análise dos saldos de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	97.946	92.565	56.220	46.367
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	21.672	5.713	16.247	26.910
De 31 a 60 dias	13.977	2.029	6.815	2.886
De 61 a 90 dias	5.605	818	4.144	959
De 91 a 180 dias	17.578	235	2.913	383
Acima de 181 dias	25.592	1.120	2.123	1.865
Total	182.370	102.480	88.462	79.370

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo. Nos saldos da controladora, o contas a receber vencido acima de 181 dias são representadas principalmente por venda de produtos para as controladas (veja nota explicativa 11).

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 27.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	53.343	36.917	121.891	90.769
Produtos em elaboração	7.629	7.706	14.068	14.808
Matérias-primas	25.181	23.913	40.610	40.745
Materiais auxiliares e de manutenção	2.310	1.554	7.180	8.160
Adiantamentos a fornecedores	3.284	1.946	4.289	3.192
Importações em andamento	7.276	5.762	7.276	5.762
Provisão para perdas com estoques	(4.094)	(4.758)	(8.034)	(6.519)
	94.929	73.040	187.280	156.917

A movimentação da provisão para perdas com estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(4.758)	(3.862)	(6.519)	(4.159)
Adições	(1.139)	(2.884)	(4.422)	(4.880)
Baixas / realizações	1.803	1.988	2.907	2.520
Saldo no final do exercício	(4.094)	(4.758)	(8.034)	(6.519)

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS (a)	4.242	5.350	4.418	5.615
IPI (b)	93	27	113	27
IR e CS (c)	3.328	6.586	3.435	6.643
COFINS (d)	3.710	4.105	3.710	4.108
PIS (d)	788	873	789	874
IVA (e)	-	-	4.631	8.141
Reintegra (f)	2.145	5.375	2.263	5.599
Outros	2.199	(414)	4.615	(359)
Total	16.505	21.902	23.974	30.648
(-) Circulante	10.666	14.103	16.732	17.896
Não circulante	5.839	7.799	7.242	12.752

- a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**
O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.
- b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**
O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.
- c. Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)**
Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.
- d. Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS e COFINS)**
O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.
- e. Imposto sobre valor adicionado (IVA)**
O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar da controlada Fras-le Argentina. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra dentro dos próximos 18 meses.
- f. Reintegra**
O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de tributos federais em casos de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando do pagamento de qualquer outro tributo federal.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora e suas controladas, as quais não foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Fras-le S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Ativo			Passivo		
	Contas a receber por vendas	Dividendos a receber	Mútuos a receber (CP + LP)	Contas a pagar	Comissões a pagar	Mútuos a pagar
Randon S.A. Implementos e Participações (b)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	318	-	-	212	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	149	-	-	152	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104	-	-	198	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	122	-	-	180	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	143	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	278	-	-	-	-	-
Freios Controil Ltda (e)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1	-	-	-	-	683
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	1.002	-	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.146	840	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.921	947	-	-	-	-
Fras-le North America, Inc. (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	113.134	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	56.715	-	-	-	2.038	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	107	-	-	486	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	97	-	-	-	-	-
Fras-le Europe (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.603	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.263	-	-	-	-	-
Fras-le Middle East (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39	-	-	-	11	-
Fras-le África Aut (Pty) Limited (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	32	-
Outras partes relacionadas (a)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	103
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	252
Saldo em 31 de dezembro de 2015	131.556	840	-	896	-	786
Saldo em 31 de dezembro de 2014	65.584	947	1.002	332	2.081	252

Fras-le S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Transações				Prazo médio	
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Outras Receitas	Outras Despesas	Recebimentos	Pagamentos
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	22	618	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	371	-	341	34	14	-
Randon S.A. Implementos e Participações (b)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17.214	5.428	3.601	10.443	3	14
Saldo em 31 de dezembro de 2014	15.082	4.042	3.107	10.569	35	28
Master Sistemas Automotivos Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.931	847	1.261	-	10	62
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.577	-	1.520	60	7	72
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.357	-	-	44	66	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.116	-	18	21	66	-
Freios Controil Ltda (e)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	60	-	-	-	53	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	27	-	-	-	49	-
Randon Consórcios Ltda (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	3	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	9	70	-	-
Banco Randon S.A. (d)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	7.525	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	6.179	-	-
Fras-le Argentina S.A. (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	45.781	-	-	-	86	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	18.645	-	-	-	94	-
Fras-le North America, Inc (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	99.600	20	-	1.464	442	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	17.260	-	-	3.347	353	2
Fras-le Mexico S de RL de CV (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	924	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	369	-	-
Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	183	9.770	-	-	156	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	130	-	-	-	160	-
Fras-le Europe (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.535	-	-	478	187	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.908	-	-	511	204	2
Fras-le Africa Aut (Pty) Limited (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	783	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	409	-	2
Fras-le Andina (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	254	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	145	-	2
Fras-le Middle East (c)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	822	202	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	551	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2015	181.661	16.087	5.483	22.737		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	77.116	4.042	4.995	22.265		

- (a) Saldos de mútuos a pagar mantidos com diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.
- (b) Controladora direta da Companhia. A controladora final da Companhia é a Dramd Participações e Administração Ltda.
- (c) Sociedades controladas no exterior.
- (d) Empresas coligadas no Brasil.
- (e) Empresas controladas no país.

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se à vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados nos quais estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta-corrente, relativos aos contratos de mútuo entre controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados *pro rata tempore* pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

Os saldos em aberto no exercício findo não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

A Companhia definiu como pessoal-chave da Administração: o Conselho de Administração, a diretoria estatutária e o conselho fiscal. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	4.450	5.545	5.068	5.807
Benefícios pós-emprego - contribuições para Randonprev	213	202	213	202
Total	4.663	5.747	5.281	6.009

A Companhia não pagou às pessoas-chave da administração remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

12 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2015 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço corrente	199	183	199	183
Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios	301	297	301	297
Receita de juros sobre ativos do plano	(493)	(415)	(493)	(415)
Juros sobre o superávit irrecuperável	176	80	176	80
	183	145	183	145
Custo de benefício definido no resultado	183	145	183	145
Rendimento real dos ativos do plano	(93)	720	(93)	720

Ativo (passivo) de benefícios

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigação com benefícios definidos	(2.934)	(2.641)	(2.934)	(2.641)
Valor justo dos ativos do plano	4.199	4.152	4.199	4.152
Ajuste devido	(1.265)	(1.482)	(1.265)	(1.482)
	-	29	-	29
Ativo de benefícios	-	29	-	29

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2013	(2.484)	(2.484)
Custo de juros	(297)	(297)
Custo do serviço corrente	(183)	(183)
Benefícios pagos	99	99
Ganhos atuariais sobre obrigações	223	223
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2014	(2.642)	(2.642)
Custo de juros	(301)	(301)
Custo do serviço corrente	(199)	(199)
Benefícios pagos	58	58
Ganhos atuariais sobre obrigações	150	150
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2015	(2.934)	(2.934)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	3.330	3.330
Retorno sobre o investimento	720	720
Contribuição do empregador	202	202
Benefícios pagos	(99)	(99)
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	4.153	4.153
Retorno sobre o investimento	(93)	(93)
Contribuição do empregador	206	206
Benefícios pagos	(58)	(58)
Valores transferidos	(9)	(9)
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	4.199	4.199

A Companhia espera contribuir com R\$ 1.570 aos seus planos de previdência com benefício definido em 2016. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ações	1.002	1.068	1.002	1.068
Títulos públicos	3.197	3.085	3.197	3.085
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	4.199	4.153	4.199	4.153

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao exercício ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2015	2014
Taxa de desconto	12,75%	11,85
Taxa de crescimento salarial	7,49%	7,83%
Taxa de crescimento de benefícios	5,0%	5,20%
Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes assistidos com 60 anos:		
Homens	24,59	24,59
Mulheres	27,42	27,42

As expectativas estimadas de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Contribuições esperadas para o próximo exercício		
Empresas	255	255
	<hr/>	<hr/>
	255	255
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016	137	137
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2025	3.723	3.723
	<hr/>	<hr/>
	3.860	3.860

Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante

Fras-le S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Participantes ativos	2.658	2.658
Benefício proporcional diferido	276	276
	2.934	2.934
Informações Patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2015	13%	13%
Renda variável	77%	77%
Renda fixa	1%	1%
Outros	9%	9%
	100%	100%
Resultado do Exercício		
Custo de serviço corrente	211	211
Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido	(16)	(16)
	195	195

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2015:

Patrocinadora	Valor Presente da Obrigação (VPO) 2015	1% Aumento - Efeito no VPO	1% Redução - Efeito no VPO
Fras-le S.A.	2.934	(244)	284

Conforme item 145 do CPC33 (R1) e de acordo com os resultados do estudo, foi calculado o efeito no valor do VPO considerando um ponto percentual a maior e a menor na taxa de desconto, representando a avaliação de sensibilidade da taxa de desconto. O aumento de 1% representa uma taxa de desconto de 13,75%, e uma redução de 1% representa uma taxa de desconto de 11,75%. A avaliação da sensibilidade individualizada por controladas foi realizada tendo como parâmetro a quantidade de colaboradores por empresa.

13 Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participação em empresas controladas	121.038	109.522	-	-
Outros investimentos	80	80	761	796
Lucro não realizado nos estoques	(25.085)	(7.061)	-	-
	96.033	102.541	761	796
Classificado no ativo não circulante - Investimento	104.253	102.541	761	796
Classificado no passivo não circulante - Provisão para perda com investimento	(8.220)	-	-	-
Total dos investimentos líquidos	96.033	102.541	761	796

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldos no início do exercício	102.541	98.510	796	891
Variação cambial das investidas	15.091	2.788	(35)	(95)
Equivalência patrimonial	(3.575)	1.572	-	-
Lucro não realizado nos estoques	(18.024)	(329)	-	-
Saldos no final do exercício	96.033	102.541	761	796

Movimentação dos saldos

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Frais Control	Fras-le Middle	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.299	14.155	115	240	34.555	4.595	332	50.854	377	109.522
- Equivalência patrimonial	(13.204)	4.813	124	279	3.224	508	230	488	(37)	(3.575)
- Ajustes acumulados de conversão	685	(1.667)	47	65	14.221	1.550	18	-	172	15.091
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(8.220)	17.301	286	584	52.000	6.653	580	51.342	512	121.038

Informações das investidas

	Fras-le North América	Fras-le Argentina	Fras-le Andina	Fras-le México	Fras-le Friction	Fras-le Europe	Fras-le Africa	Frais Control	Fras-le Middle	31/12/2015	31/12/2014
Capital social	21.793	6.622	24	2	25.120	2.133	55	55.000	64		
Ações (em lote de mil)											
- Ordinárias	1	13.252	-	-	-	-	-	-	-		
- Quotas	-	-	1	1	1	1	1	54.998	1		
Participação no capital social, no final do exercício- %											
Ativos	100	94	99	99,66	100	100	100	99,99	100		
184.084	49.586	349	628	628	61.193	13.206	594	67.443	512		
Passivos	192.303	31.181	61	42	9.193	6.553	14	16.100	-		
(8.220)	18.405	288	586	586	52.000	6.653	580	51.343	512		
Patrimônio líquido ajustado											
Lucro líquido (prejuízo) do											
exercício	(13.204)	5.120	126	280	3.224	508	225	488	(37)		
Ajustes acumulados de conversão	685	1.667	47	65	14.221	1.550	18	51.342	512	15.091	2.788
Resultado da equivalência											
patrimonial	(13.204)	4.813	124	279	3.224	508	230	488	(37)	(3.575)	1.572
Valor do investimento											
líquido	(8.220)	17.301	286	584	52.000	6.653	580	51.342	512	121.038	109.522

14 Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor e importações em andamento	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	139.345	372.301	10.011	7.283	1.671	22.719	112	553.442
Aquisições	1.250	16.435	36	403	267	8.893	174	27.458
Baixas	(54)	(1.557)	(15)	(28)	(403)	-	-	(2.057)
Transferências	1.238	6.765	4	-	-	(8.224)	-	(217)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	141.779	393.944	10.036	7.658	1.535	23.388	286	578.626
Aquisições	322	11.250	9	250	5	13.601	1.779	27.216
Baixas	-	(8.573)	(21)	(309)	(109)	-	-	(9.012)
Transferências	909	18.135	136	34	-	(19.356)	-	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	143.010	414.756	10.160	7.633	1.431	17.633	2.065	596.688
Depreciação e perda ao valor recuperável								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	(33.769)	(221.214)	(7.008)	(6.447)	(1.173)	-	-	(269.611)
Depreciação	(3.700)	(19.091)	(435)	(320)	(75)	-	-	(23.621)
Baixas	54	1.429	15	28	273	-	-	1.799
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(37.415)	(238.876)	(7.428)	(6.739)	(975)	-	-	(291.433)
Depreciação	(3.722)	(19.849)	(383)	(313)	(76)	-	-	(24.343)
Baixas	-	1.790	21	307	15	-	-	2.133
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(41.137)	(256.935)	(7.790)	(6.745)	(1.036)	-	-	(313.643)
Valor líquido								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	105.576	151.087	3.003	836	498	22.719	112	283.831
Saldo em 31 de dezembro de 2014	104.364	155.068	2.608	919	560	23.388	286	287.193
Saldo em 31 de dezembro de 2015	101.873	157.821	2.370	888	395	17.633	2.065	283.045

Consolidado

	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor e importações em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	145.794	533.486	11.387	9.266	2.239	25.621	113	727.906
Aquisições	1.499	18.043	248	280	298	9.826	174	30.368
Baixas	(54)	(2.017)	(22)	(31)	(666)	(82)	-	(2.872)
Transferências	1.238	8.577	4	-	-	(10.036)	-	(217)
Variação cambial	636	6.714	29	108	(2)	31	-	7.516
Saldo em 31 de dezembro de 2014	149.113	564.803	11.646	9.623	1.869	25.360	287	762.701
Aquisições	553	17.788	90	474	344	17.797	1.778	38.824
Baixas	-	(4.544)	(23)	(358)	(263)	(763)	-	(5.951)
Transferências	910	12.491	137	50	-	(13.730)	-	(142)
Variação cambial	3.002	27.944	277	461	54	124	-	31.862
Saldo em 31 de dezembro de 2015	153.578	618.482	12.127	10.250	2.004	28.788	2.065	827.294
Depreciação e perda do valor recuperável								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	(35.138)	(299.432)	(8.086)	(7.709)	(1.582)	-	-	(351.947)
Aquisições	(4.351)	(29.136)	(554)	(535)	(119)	-	-	(34.695)
Baixas	54	1.722	20	31	473	-	-	2.300
Variação cambial	(93)	(1.279)	6	(54)	-	-	-	(1.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(39.528)	(328.125)	(8.614)	(8.267)	(1.228)	-	-	(385.762)
Depreciação	(4.740)	(32.078)	(544)	(566)	(172)	-	-	(38.100)
Baixas	-	3.839	22	355	17	-	-	4.233
Variação cambial	(792)	(7.475)	(140)	(310)	(34)	-	-	(8.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(45.060)	(363.839)	(9.276)	(8.788)	(1.417)	-	-	(428.380)
Valor líquido								
Saldo em 01 de janeiro de 2014	110.656	234.054	3.301	1.557	657	25.621	113	375.959
Saldo em 31 de dezembro de 2014	109.585	236.678	3.032	1.356	641	25.360	287	376.939
Saldo em 31 de dezembro de 2015	108.518	254.643	2.851	1.462	587	28.788	2.065	398.914

A Companhia efetua, no final de cada exercício, testes de eventuais perdas (*impairment*), ou sempre que houver indicadores de que uma perda possa ter ocorrido. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável.

Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fabricação de ferramentais	167	2.314	897	3.626
Fabricação e instalação de máquinas e equipamentos	16.982	20.469	26.565	20.585
Construções e benfeitorias em imóveis	484	605	1.327	1.149
	17.633	23.388	28.789	25.360

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 926 (R\$ 1.453 em 31 de dezembro de 2014). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,15% (0,17% ao mês em 31 de dezembro de 2014), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

15 Intangível

	Software e licenças	
Custo	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2014	27.953	31.917
Aquisições	1.410	2.007
Transferência	217	217
Variação cambial	-	98
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.580	34.239
Aquisições	290	715
Baixas	(2)	(41)
Transferência	142	142
Variação cambial	-	454
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30.010	35.509
Amortização e perda do valor recuperável		
Saldo em 01 de janeiro de 2014	(11.132)	(14.424)
Amortização	(3.019)	(3.309)
Variação cambial	-	(49)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(14.151)	(17.782)
Amortização	(3.113)	(3.485)
Baixas	1	1
Variação cambial	-	(217)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(17.263)	(21.483)
Valor residual líquido		
Saldo em 01 de janeiro de 2014	16.821	17.493
Saldo em 31 de dezembro de 2014	15.429	16.457
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.747	14.026

Os ativos intangíveis referem-se a direitos sobre *softwares* e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em oito anos.

16 Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

Passivo contingente

O quadro a seguir demonstra, nas datas-base de 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores estimados do risco contingente (perda) atualizados, conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora

Passivo	31/12/2015			31/12/2014			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/12/2015	31/12/2014
a) cível	-	161	-	-	193	-	-	-
b) tributário	-	21.319	12.710	-	18.476	107.890	5.146	5.146
c) trabalhista	3.899	12.711	7	2.697	11.036	672	1.093	939
d) previdenciário	679	-	1.603	444	177	1.524	219	622
Total	4.578	34.191	14.320	3.141	29.882	110.086	6.458	6.707

Consolidado

Passivo	31/12/2015			31/12/2014			Depósito judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	31/12/2015	31/12/2014
a) cível	-	6.850	-	-	6.390	-	-	-
b) tributário	1.605	23.344	13.315	586	20.956	108.414	5.146	5.146
c) trabalhista	4.116	14.989	159	2.718	13.140	883	1.470	1.210
d) previdenciário	680	-	1.603	444	177	1.524	219	622
Total	6.401	45.183	15.077	3.748	40.663	110.821	6.835	6.978

- **Cível** - Trata-se, principalmente, de ações relacionadas a contratos de prestação de serviço e representação comercial, que tem por objeto a discussão quanto à obrigações contratuais.
- **Tributário** - Representado por autuações federais que se encontram em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia responde por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- Imposto de Importação** - A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção - Bens de Capital Nacional x Bens de Capital - e consequente infração ao disposto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e art. 6º do Decreto nº 2.072/96. A Companhia apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fato e de direito existentes no lançamento tributário e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06 de outubro de 2011, foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento para cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda Nacional. O valor do processo é de R\$ 8.658.

- b. Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ de 2005, ano-base de 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 94.
- c. Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ de 2003, ano-base de 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 2.392.
- d. Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos ao saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, declarado na DIPJ de 2005, ano-base de 2004 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos - retenção - realizados no exterior, o saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não estaria confirmado, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$ 260.
- e. ICMS** - A Companhia foi autuada em 2011 pela SEFAZ/RS (Auto de Lançamento nº 0024041297), com exigência de ICMS, multa e juros, em razão da glosa, pelo Fisco, do crédito presumido do ICMS sobre os custos do transporte das aquisições de aço. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto perante o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (R\$ 2.065). Encerrado o processo administrativo com perda, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito em 14 de novembro de 2014. Em 17 de novembro de 2014 foi proferida decisão indeferindo a petição inicial e, diante disso, em 17 de dezembro de 2014 foi interposto recurso de apelação pela Companhia. O valor do processo é de R\$ 2.065.
- f. Contribuição social referente à participação nos resultados dos gerentes e coordenadores** - Trata-se de Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela objetivando a desconstituição dos Autos de Infrações nºs 37.269.527-2 e 37.269.528-0, lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia em razão de suposta inobservância aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O valor do processo é de R\$ 4.988. A Fras-le aderiu, em outubro de 2015, ao PRORELIT (Programa de Redução de Litígios Tributários) de acordo com os artigos 1º a 6º da Medida Provisória nº 685/2015 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.037/2015, para quitação deste débito, utilizando 70% do saldo devedor com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL da controlada Freios Controil Ltda e 30% pagamento em espécie.
- **Trabalhista** - diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios.
- **Previdenciário** - autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF.

Ativo contingente

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui ativos contingentes representados basicamente por ações federais que se encontram em julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia não registra contabilmente ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

O demonstrativo, na data-base de 31 de dezembro de 2015, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos, está abaixo detalhado:

Controladora

Ativo Contingente	31/12/2015			31/12/2014		
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	52	467	-	11	360	-
(b)Tributário	22.558	11.731	30	21.464	14.350	29
Total	22.610	12.198	30	21.475	14.710	29

Consolidado

Ativo Contingente	31/12/2015			31/12/2014		
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
(a) Cível	52	467	-	11	360	-
(b)Tributário	22.697	11.750	30	21.532	14.440	163
Total	22.749	12.217	30	21.543	14.800	163

- (a) Cível - trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já tem provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso terá sua provisão revertida.
- (b) Tributário - representadas basicamente por ações federais que se encontram em julgamento no STJ e no STF.

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas	2.697	1.667	(465)	3.899
Tributárias	-	500	(500)	-
Previdenciário	444	235	-	679
	3.141	2.402	(965)	4.578

Consolidado

	Saldo em 31/12/2014	Adição	Realização/ Baixas	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas	2.718	1.881	(483)	4.116
Tributárias	586	1.519	(500)	1.605
Previdenciário	444	236	-	680
	3.748	3.636	(983)	6.401

17 Empréstimos e financiamentos

				Controladora		Consolidado	
Indexador	Juros	Vencimento		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP*	4% a 5% a.a.	02/2020	3.800	4.530	3.800	4.530
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	18.685	33.073	18.685	33.073
EXIM	TJLP	5,5% a.a.	04/2016	50.576	576	50.576	576
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	2.720	2.030	2.720	2.030
Empréstimos capital de giro	TJLP	9,94% a.a.	08/2018	-	-	2.674	3.737
Vendor	Selic	3% a.a.	02/2016	2.155	2.169	2.578	2.459
Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	335	335	335	335
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	-	-	15.873	16.980
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	08/2018	-	-	7.758	14.422
Leasing	-	2,8% a.m	08/2015	-	-	-	12
	5,6 +						
BNDES	Spread+	1,97% a.a.	01/2020	2.786	1.672	2.786	1.672
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	5.268	3.600	5.268	3.600
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	37.829	25.983	37.829	25.983
ACC	Taxa fixa	1,38% a.a.	02/2016		-		-
				124.154	73.968	150.882	109.409
Não Circulante							
Moeda nacional:							
Empréstimos bancários - FINEP	TJLP*	4% a 5% a.a.	02/2020	11.943	15.715	11.943	15.715
BNDES	TJLP	1,97% a 3% a.a.	11/2019	22.101	36.962	22.101	36.962
EXIM	TJLP	5,5% a.a.		-	50.000	-	50.000
Incentivo Fiscal Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	05/2027	28.414	27.678	28.414	27.678
Empréstimo bancário capital de giro	TJLP	9,94% a.a.	08/2018	-	-	1.484	4.136
Leasing Banco IBM	CDI		09/2017	335	669	335	669
Moeda estrangeira:							
Empréstimos bancários	Libor	4% a.a.	08/2018	-	-	28.398	30.115
Empréstimos bancários	-	20,6% a.a.	08/2018	-	-	653	4.758
	5,6 +						
BNDES	Spread+	1,97% a.a.	01/2020	8.498	6.962	8.498	6.962
IFC financiamento	Libor+	3% a.a.	10/2017	5.206	7.083	5.206	7.083
Resolução 2770 NCE	Libor 6M	4,5% a.a.	03/2020	124.244	108.663	124.244	108.663
				200.741	253.732	231.276	292.741
Total de empréstimos sujeitos a juros				324.895	327.700	382.158	402.150

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$ 271.495 (R\$ 309.520 em 31 de dezembro de 2014).

Os contratos de financiamentos perante o International Finance Corporation (IFC) e os contratos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contêm cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2015, os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste perante o Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem - RS.

Para incremento de valor financiado, a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- Faturamento bruto incremental mensal;
- ICMS incremental mensal; e
- Número de empregos diretos incrementais.

Vendor

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, operações financeiras de *vendor* em aberto com seus clientes no montante de R\$ 2.155 na controladora e R\$ 2.578 no consolidado (R\$ 2.169 na controladora e R\$ 2.459 no consolidado em 31 de dezembro de 2014), nas quais participa como interveniente garantidora.

Nessas operações, a Companhia realiza a liquidação das operações em aberto caso o cliente devedor do contas a receber, vinculado à operação, não realize o pagamento perante a instituição financeira no prazo pactuado entre as partes.

Desde março de 2014, essas operações são realizadas pelo Banco Randon S.A., e este assume parte dos riscos relacionados à inadimplência e/ou pagamento após o prazo pelo cliente.

O montante reconhecido como passivo financeiro é contrapartida dos montantes antecipados pela instituição financeira à Companhia, cujo contas a receber de origem ainda não foi desreconhecido, considerando a retenção de riscos pela Companhia relacionados à inadimplência e/ou ao pagamento após o prazo pelo cliente. O prazo médio de vencimento dessas operações é de 22 dias.

18 Capital social e reservas

Ações autorizadas	31/12/2015	31/12/2014
Ações ordinárias	300.000	300.000
<hr/>		
Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas	Em milhares	R\$
Em 31 de dezembro de 2014 e 2015	124.973	300.000

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, com a reserva legal, o valor do capital social.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

	Variação cambial de investimentos no exterior	Ajuste de avaliação patrimonial		Total
		Hedge accounting	Avaliação atuaria	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.114	(7.786)	547	875
Adições (baixas) no exercício	15.091	(25.233)	(575)	(10.717)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	23.205	(33.019)	(28)	(9.842)

Hedge de fluxo de caixa

Contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. Também é contabilizada, como um componente em separado, a porção eficaz de ganhos ou perdas sobre instrumentos em *hedges* de fluxo de caixa de R\$ 25.233 (R\$ 7.433 em 2014) que representam os movimentos nos *hedges* de fluxo de caixa e a parte eficaz dos contratos, líquidos de impostos.

Reserva para conversão em moeda estrangeira

A reserva para conversão em moeda estrangeira é utilizada para contabilizar diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas estrangeiras, sendo também utilizada para contabilizar o efeito do *hedge* sobre investimentos líquidos em operações estrangeiras.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao custo atribuído ao imobilizado estão contabilizados no passivo não circulante.

A reserva para ajuste do custo atribuído do imobilizado é realizada conforme a depreciação dos bens avaliados registrados na controladora contra lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários. O mesmo efeito está refletido no resultado do exercício, pela depreciação do valor do custo atribuído aos ativos avaliados.

19 Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76 com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	52.153	45.002
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	<u>2.712</u>	<u>2.922</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	54.865	47.924
Reserva legal (5%)	<u>(2.743)</u>	<u>(2.396)</u>
Lucro base para distribuição	<u>52.122</u>	45.529
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>13.030</u>	<u>11.382</u>
Juros sobre capital próprio	13.649	13.100
Imposto de renda (15%)	(2.048)	(1.965)
Dividendos complementares (5%)	<u>1.429</u>	<u>247</u>
Total dos dividendos mínimos propostos pela Administração	<u>13.030</u>	<u>11.382</u>

Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 13.649 (R\$ 13.100 em 31 de dezembro de 2014) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 4.641 (R\$ 4.454 em 31 de dezembro de 2014) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre capital próprio creditados aos acionistas.

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<u>52.153</u>	<u>45.002</u>
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	<u>121.974</u>	<u>121.974</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,43</u>	<u>0,36</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21 Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(23.620)	(6.026)	(30.568)	(8.826)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	8.535	(4.679)	15.694	(3.780)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(15.085)	(10.705)	(14.874)	(12.606)
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Demonstração do resultado abrangente				
Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Ajuste de Avaliação Atuarial - Randonprev	(296)	(78)	(296)	(78)
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge Accounting	(1.600)	142	(1.600)	142
	(1.896)	64	(1.896)	64

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Lucro contábil antes dos impostos	67.239	55.707	67.337	57.717
À alíquota fiscal de 34%	22.861	18.940	22.895	19.624
Despesa incentivada	(4.011)	(552)	(4.011)	(552)
Resultado equivalência patrimonial	1.215	(534)	-	-
Juros sobre capital próprio	(4.641)	(4.454)	(4.641)	(4.454)
Instrumentos derivativos	(1.600)	(142)	(1.600)	(142)
Outras despesas não dedutíveis	1.261	(2.553)	2.231	(1.870)
	15.085	10.705	14.874	12.606
Alíquota efetiva	22,43%	19,22%	22,09%	21,84%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se a:

Controladora

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para comissões e fretes	994	974	-	-	20	(490)
Provisão para devedores duvidosos	2.490	702	-	-	1.788	(586)
Provisão para contingências	231	151	-	-	80	(756)
Provisão estoques obsoletos	1.392	1.618	-	-	(226)	305
Operações de derivativos	1.117	(2.752)	(1.600)	142	3.867	(2.890)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	575	299	-	-	276	(94)
Provisão desvinculo de funcionários	669	866	-	-	(197)	146
Participação dos diretores e funcionários	2.054	1.850	-	-	204	191
Provisões diversas e outros	2.339	2.691	-	-	(352)	1.411
Randonprev avaliação atuarial	(430)	(198)	(296)	(78)	(232)	309
Ajuste "valor atribuído" do imobilizado	(19.514)	(20.910)	-	-	1.396	1.506
Lucro não realizado nos estoques	8.529	2.401	-	-	6.128	112
Compra vantajosa Controil	(650)	(1.227)	-	-	577	430
Depreciação vida útil / fiscal	(11.164)	(8.266)	-	-	(2.898)	(4.337)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					10.431	(4.743)
Passivo fiscal diferido	(11.368)	(21.801)				
Patrimônio Líquido			(1.896)	64		

Consolidado

	Balanco patrimonial		Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais a compensar	32.389	22.206	2.411	(2.471)	10.184	5.445
Provisão para comissões e fretes	994	974	-	-	20	(490)
Provisão para devedores duvidosos	2.512	716	-	-	1.796	(572)
Provisão para contingências	437	357	-	-	80	(1.181)
Provisão estoques obsoletos	1.523	1.652	-	-	(129)	339
Operações de derivativos	1.117	(2.752)	(1.600)	142	3.867	(2.890)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	633	302	-	-	331	(91)
Provisão desvinculo de funcionários	669	866	-	-	(197)	146
Participação dos diretores e funcionários	2.054	1.850	-	-	204	191
Provisões diversas	2.361	2.845	-	-	(484)	1.565
Randonprev avaliação atuarial	(430)	(198)	(296)	(78)	(232)	309
Ajuste valor atribuído do imobilizado	(23.828)	(25.850)	-	-	2.022	2.084
Compra vantajosa Controil	(650)	(1.227)	-	-	577	430
Depreciação vida útil / fiscal	(13.117)	(10.257)	-	-	(2.860)	(6.328)
Outros	-	-	-	-	-	(330)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					15.179	(1.373)
(Passivo) fiscal diferido	(23.949)	(21.944)				
Ativo fiscal diferido	30.613	13.428				
Patrimônio Líquido			515	(2.407)		

22 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de vendas	731.684	739.125	1.104.779	995.611
Devolução de vendas	(1.437)	(1.516)	(3.250)	(3.010)
Ajuste a valor presente	(13.074)	(9.195)	(13.738)	(9.719)
Impostos sobre a venda	(175.448)	(182.931)	(212.765)	(218.205)
Receita operacional líquida	541.725	545.483	875.026	764.677

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(361.191)	(390.667)	(619.441)	(560.041)
Despesas com vendas	(55.530)	(55.192)	(88.188)	(69.878)
Despesas administrativas e gerais	(39.442)	(35.170)	(65.426)	(52.387)
Remuneração dos administradores	(3.702)	(3.428)	(3.702)	(3.428)
Outras despesas operacionais	(23.742)	(12.173)	(29.476)	(14.783)
	(483.607)	(496.630)	(806.233)	(700.517)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(27.456)	(26.640)	(41.585)	(38.004)
Despesas com pessoal	(148.077)	(146.375)	(213.910)	(193.199)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(176.191)	(211.856)	(366.209)	(315.315)
Fretes	(18.081)	(18.152)	(26.322)	(25.206)
Energia elétrica	(11.775)	(9.533)	(19.873)	(16.061)
Comissões	(5.772)	(7.833)	(8.372)	(9.046)
Conservação e manutenção	(14.035)	(13.071)	(29.949)	(19.668)
Outras despesas	(82.220)	(63.170)	(100.013)	(84.018)
	(483.607)	(496.630)	(806.233)	(700.517)

24 Despesas com funcionários e participação nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ordenados e salários	120.966	119.307	161.336	160.690
Custos de previdência social	3.004	2.902	7.728	6.616
Custos relacionados a aposentadoria	979	938	979	938
	124.949	123.147	170.043	168.244

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros apurados em 31 de dezembro de 2015 foi no valor de R\$ 10.031 (R\$ 7.215 em 31 de dezembro de 2014).

25 Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, nas rubricas de despesas com vendas e despesas gerais e administrativas durante o exercício totalizam R\$ 5.607 (R\$ 6.449 em 31 de dezembro de 2014).

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Variação cambial	94.409	32.749	95.207	33.231
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	24.016	20.855	24.070	21.099
Ganhos com outras operações de derivativos	3.814	2.362	3.814	2.362
Ajuste a valor presente	12.409	8.981	13.057	9.505
Outras receitas financeiras	1.025	2.986	1.871	3.202
	135.673	67.933	138.019	69.399
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(84.394)	(30.336)	(84.678)	(30.640)
Juros sobre financiamentos	(17.876)	(15.383)	(31.919)	(24.627)
Perdas com outras operações de derivativos	(7.056)	(1.267)	(7.056)	(1.267)
Ajuste a valor presente	(2.343)	(2.315)	(3.141)	(2.653)
Outras despesas financeiras	(23.228)	(15.205)	(24.757)	(19.122)
	(134.897)	(64.506)	(151.551)	(78.309)
Resultado financeiro líquido	776	(3.427)	(13.532)	(8.910)

27 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e riscos de liquidez, aos quais a Companhia entende estar exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

Uma parcela das receitas da Companhia e de suas controladas são geradas pela comercialização de produtos para o mercado externo. Dessa forma, a volatilidade da taxa de câmbio está associada aos riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pré e pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	119.656	155.219	119.656	155.219
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras	7	(2)	55.008	77.817	55.003	77.596
Clientes	8	(2)	173.686	99.718	173.686	99.718
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(28.133)	(25.147)	(28.133)	(25.147)
Empréstimos e financiamentos	17	(2)	(324.895)	(327.700)	(325.053)	(327.530)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	27	(2)	(429)	(144)	(429)	(144)
Total			(5.107)	(20.237)	(5.270)	(20.288)
Consolidado			Valor contábil		Valor justo	
	Nota	Hierarquia	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	(2)	161.895	176.237	161.895	176.237
Empréstimos e recebíveis						
Aplicações financeiras	7	(2)	55.008	77.817	55.003	78.038
Clientes	8	(2)	75.507	76.543	75.507	76.543
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Fornecedores		(2)	(42.960)	(40.481)	(42.960)	(40.481)
Empréstimos e financiamentos	17	(2)	(382.158)	(402.150)	(382.316)	(401.980)
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	27	(2)	(429)	(144)	(429)	(144)
Total			(133.137)	(112.178)	(133.300)	(111.787)

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo, considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas às taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos à taxas fixas e taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias, avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, Libor, URTJ, US\$ e CDI.

Sensibilidade à taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos à taxas variáveis).

Foram considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2015, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado. Considerando os critérios de sensibilidade descritos acima, os instrumentos financeiros contratados com taxas fixas, não possuem qualquer variação significativa que possam afetar de forma material as demonstrações financeiras.

Deterioração das receitas financeiras

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	R\$	24.697	18.523	12.349
		Depreciação da taxa em	25%	50%

Referência para receitas financeira

	Provável	Possível	Remota
CDI %	14,1%	10,6%	7,1%

Aumento das despesas financeiras

	Moeda	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Instituições financeiras	R\$	27.562	34.957	42.926
		Apreciação da taxa em	25%	50%

Referência para passivos financeiros

	Provável	Possível	Remota
TJLP	7%	8,8%	10,5%
URTJ	4,1%	5,1%	6,1%
CDI	14,1%	17,7%	21,2%
US\$	3,97	4,97	5,96
LIBOR Semestral	0,8%	1,1%	1,3%
IPCA	10,7%	13,3%	16%

Risco de câmbio

A Companhia adota o *hedge accounting*, de acordo com as práticas de mercado (CPC 38) e regulamento próprio, com o objetivo de eliminar a volatilidade da variação cambial do resultado da Companhia.

A partir de janeiro de 2014, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para cobertura das suas exportações futuras, altamente prováveis, em dólares com objetivo de reduzir a volatilidade das receitas de exportação em decorrência das mudanças da taxa de câmbio frente ao Real.

A adoção está amparada na efetividade das expectativas de exportações ao longo do tempo, quando comparadas ao fluxo de vencimentos dos compromissos sujeitos à variação em moeda estrangeira, majoritariamente o dólar dos Estados Unidos, que estão diluídos no longo prazo.

A utilização dessa prática visa a refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, no que se refere a ativos e passivos expostos à variação de moeda estrangeira.

A estrutura de hedge consiste na cobertura de um grupo de passivos, compromissos firmes, transações previstas altamente prováveis com características de risco semelhantes das de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano - USD), contra o risco de variação cambial frente ao Real - BRL, adotando como instrumento de cobertura atual, instrumentos financeiros não derivativos (financiamentos), em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda de produtos fabricados.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentou variação negativa de 47,01% (13,38% positiva em 31 de dezembro de 2014). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Adicionalmente, a Companhia designa operações de “Financiamento” visando a proteger a exposição das vendas futuras altamente prováveis em moedas diferentes da moeda funcional. Essas operações são documentadas para o registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), em conformidade com o CPC 38 (R1). A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados desses instrumentos contratados para operações próprias.

Essas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação dessas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de proteção devido à variações na taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros designados como hedge accounting

Ano de referência	Valor Designado Financiamento USD (Instrumento de Hedge)	Mês de referência	Vendas em USD designadas (Objeto de hedge)
2016	5.454	mar/16	5.454
2017	5.454	set/16	5.454
2018	5.455	mar/17	5.455
2019	2.728	set/17	2.728
Total	19.091	Total	19.091

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	63.900	62.598	17.583	32.372
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	47.078	57.964	60.570	82.919
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(110)	(54)	(110)	(54)
D. Exportações futuras designadas para Hedge Accounting - receita de venda em moeda estrangeira	19.091	24.545	19.091	24.545
E. Superávit (Déficit) apurado (A-B+C+D)	35.803	29.125	(24.006)	(26.056)

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e do patrimônio da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Operação	Risco	Controladora		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	139.803	174.754	209.705
	Queda do US\$	139.803	104.852	69.902
Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Exposição líquida de instrumentos Financeiros	Alta do US\$	(93.738)	(117.172)	(140.606)
	Queda do US\$	(93.738)	(70.303)	(46.869)

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Risco de estrutura de capital

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo:

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Controladora			
Empréstimos e financiamentos	17	324.895	327.700
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6 e 7	(174.664)	(233.036)
Dívida líquida		150.231	94.664
Patrimônio líquido		432.142	408.060
Patrimônio e dívida líquida		582.373	502.724
Quociente de alavancagem		26%	19%
Consolidado			
Empréstimos e financiamentos	17	382.158	402.150
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6 e 7	(216.903)	(254.054)
Dívida líquida		165.255	148.096
Patrimônio líquido		432.142	408.060
Patrimônio e dívida líquida		597.397	556.156
Quociente de alavancagem		28%	27%

Garantias

A Companhia não têm ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação e histórico de perda. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contava com aproximadamente 32 clientes que deviam mais que R\$ 1.075 cada (em 31 de dezembro de 2014 eram 14 clientes que deviam R\$ 1.050 cada), sendo responsáveis por aproximadamente 70% de todos os recebíveis devidos. Os demais 30% estavam representados por 250 clientes, que deviam uma média de aproximadamente R\$ 57 cada. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada fechamento em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado que está indicado na Nota 8.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	33.383	90.771	187.238	13.503	352.227	324.895
Fornecedores	25.820	2.313	-	-	28.133	28.133
	59.203	93.084	187.238	13.503	380.360	353.028

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Até 3 Meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa	Valor contábil
Empréstimos e Financiamentos	48.677	102.205	217.773	13.503	413.863	382.158
Fornecedores	39.316	3.644	-	-	42.960	42.960
	87.993	105.849	217.773	13.503	456.823	425.118

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia foram substancialmente de operações NDFs (Non Deliverable Forward) visando a proteção (*hedge*) de vendas e compras futuras esperadas a clientes e fornecedores no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização de transações. Nessa modalidade de operação, a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia verificadas em 31 de dezembro de 2015, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Descrição / Contraparte	Valor de referência		Valor de referência		Valor de referência		Valor de referência		Valor de referência		Valor de referência	
	US\$		em milhares de		em milhares de		em milhares de		em milhares de		em milhares de	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
NDF venda	1.000	1.000	3.572	2.693	(429)	(144)	(429)	(144)	(429)	(144)	(429)	(144)
Total	1.000	1.000	3.572	2.693	(429)	(144)	(429)	(144)	(429)	(144)	(429)	(144)

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Descrição	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor justo	
	Moeda		Moeda		Moeda	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Santander	USD	1.000	(429)	-	RS	-
Banco do Brasil	USD	-	-	500	RS	71
ABC	USD	-	-	500	RS	73
Total	1.000	1.000	(429)	1.000	(429)	144

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	Total líquido	Total líquido
NDF	500	500	1.000	1.000
Total	500	500	1.000	1.000

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e as perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Ganhos e Perdas registradas no Resultado				Ganhos e Perdas registradas no Patrimônio Líquido*	
	Alocado na Receita Bruta em		Alocado no Resultado Financeiro em		31/12/2015	31/12/2014
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014		
Operações de Proteção Cambial						
Contratos NDF (Non Deliverable Forwards)	(5.209)	(2.767)	(4.193)	(951)	4.843	135
Total	(5.209)	(2.767)	(4.193)	(951)	4.843	135

(*) Valor sem os efeitos dos impostos.

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. Além desse cenário, a CVM, através da Instrução nº475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Controladora e Consolidado		
		Cenário provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Non Deliverable Forward - NDF (venda)	Alta do US\$	(429)	(1.444)	(2.447)

28 Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas:

	Tipo de garantia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Freios Controil Ltda	Aval e fiança	3.958	6.750	3.958	6.750

29 Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, são eles:

- **Segmento de montadoras:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de montadoras.
- **Segmento de reposição:** referem-se aos resultados consolidados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 da Fras-le S.A. de materiais de fricção para o mercado de reposição de peças.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

a. Informações por segmentos de negócios

	<u>Montadoras</u>		<u>Reposição</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida para terceiros	131.038	132.446	743.988	632.231	875.026	764.677
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(101.281)</u>	<u>(111.651)</u>	<u>(518.160)</u>	<u>(448.390)</u>	<u>(619.441)</u>	<u>(560.041)</u>
Lucro bruto	29.757	20.795	225.828	183.841	255.585	204.636
Despesas operacionais					<u>(174.717)</u>	<u>(138.009)</u>
Resultado financeiro líquido					<u>(13.532)</u>	<u>(8.910)</u>
Lucro (antes do imposto sobre o lucro)					<u>67.336</u>	<u>57.717</u>

Despesas operacionais, ativos e passivos não foram divulgados por segmento, pois tais itens são administrados no âmbito da Companhia, não sendo informados de forma segregada ao responsável pela tomada de decisão.

b. Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Montadoras		Reposição		Total consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Região:						
Mercado nacional	78.538	86.710	350.347	319.916	428.885	406.626
Nafta	48.397	42.662	177.345	128.728	225.742	171.390
Europa	533	1.055	35.912	33.073	36.445	34.128
Mercosul	-	-	134.660	99.248	134.660	99.248
África	-	-	17.591	20.538	17.591	20.538
Ásia e Oceania	3.570	2.019	9.691	10.054	13.261	12.073
Outros	-	-	18.442	20.674	18.442	20.674
Total	131.038	132.446	743.988	632.231	875.026	764.677

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são:

		Consolidado	
		Total dos limites de indenização	
	Risco coberto	31/12/2015	31/12/2014
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	431.650	692.091
Crédito de exportação	Comerciais e políticos	72.239	4.151
Automóveis	Colisão e responsabilidade civil.	428	580
Responsabilidade civil	Fabricação de produtos e Recall no país e exterior	39.510	25.600
Acidentes pessoais		3.999	4.615
		547.826	727.037